



GOVERNAÇÃO DE PROXIMIDADE

AS JUNTAS DE FREGUESIA DE LISBOA

**LUÍSA SCHMIDT
JOÃO SEIXAS
ALEXANDRA BAIXINHO**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.

Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

www.incm.pt
www.facebook.com/INCM.Livros
editorial.apoiocliente@incm.pt

© Luísa Schmidt, João Seixas, Alexandra Baixinho
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Título

Governança de Proximidade
As Juntas de Freguesia de Lisboa

Autores

Luísa Schmidt
João Seixas
Alexandra Baixinho

Design e paginação

Undo

Revisão do texto

INCM/Cláudia Lima

Impressão e acabamento

INCM

Tiragem

1000 exemplares

1.ª edição outubro de 2014

ISBN 978-972-27-2223-0

Depósito legal 362 777/13

Edição n.º 1019625

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	11
SIGLAS/ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	15
A política de proximidade na cidade contemporânea	15
Os espaços políticos de proximidade na cidade de Lisboa	16
Estrutura do livro	20
PARTE I	
CAPÍTULO 1	
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FREGUESIAS E JUNTAS DE FREGUESIA DE LISBOA	25
1.1. Evolução da organização do território em Lisboa	28
1.2. Da nacionalidade e reconquista cristã ao final do século xv	29
1.3. Séculos xvi a xviii: a grande cidade e o terramoto	33
1.4. O século xix: revolução, liberalismo e modernização	40
1.5. O século xx: modernidade, ditadura e democracia	49
1.6. Democracia e planeamento urbano	57
CAPÍTULO 2	
FREGUESIAS E JUNTAS DE FREGUESIA DE LISBOA: BREVE DIAGNÓSTICO URBANO E ADMINISTRATIVO	61
2.1. Enquadramento sociodemográfico 1960-2011	61
2.2. Enquadramento normativo das juntas de freguesia	79
2.3. Reforma das freguesias de Lisboa e o processo de descentralização municipal: a Lei n.º 56/2012	91
CAPÍTULO 3	
CARACTERIZAÇÃO DAS FREGUESIAS, DAS JUNTAS E DOS SEUS PRESIDENTES	97
3.1. Caracterização demográfico-territorial das freguesias	98
3.2. Dotação orçamental das juntas de freguesia	101
3.3. Perfis dos presidentes das juntas de freguesia de Lisboa	116

PARTE II

CAPÍTULO 4

A QUALIDADE DE VIDA URBANA À ESCALA DAS FREGUESIAS E À ESCALA DA CIDADE	129
4.1. Perceção das características urbanas de proximidade	129
4.2. Preocupações dos autarcas relativamente à qualidade de vida nas respetivas freguesias	132
4.3. Avaliação da qualidade de vida à escala da cidade	139
4.4. Evolução da qualidade de vida à escala mais local (freguesia/bairro)	142
4.5. Evolução da qualidade de vida à escala da capital	143
4.6. Principais desafios para a cidade de Lisboa, nos próximos 10 anos ...	145

CAPÍTULO 5

DOMÍNIOS DE ATUAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA	149
5.1. Principais prioridades/domínios de atuação estabelecidos no plano de atividades relativo a 2009	149
5.2. Iniciativas próprias das JF e principais grupos da população a que se dirigem	158
5.3. Serviços prestados por delegação da CML	161
5.4. Programas e projetos disponibilizados pela CML em parceria com as JF	163
5.5. Iniciativas e serviços prestados em parceria com outras entidades locais	168
5.6. Serviços e iniciativas prestados em parceria com outras entidades	172
5.7. Inovação e boas práticas para a qualidade de vida e desenvolvimento sustentável	175
5.8. Dificuldades e facilidades de atuação das juntas de freguesia ...	183
5.9. Avaliação da dotação da JF (recursos financeiros, humanos, meios técnicos)	190

CAPÍTULO 6

RELACIONAMENTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL DAS JUNTAS DE FREGUESIA	205
6.1. Relação das JF com associações e instituições locais	205
6.2. Futuro/abertura a novas parcerias	208
6.3. Relacionamento com as juntas de freguesia adjacentes	210
6.4. Relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa	218
6.5. Relacionamento com a área metropolitana de Lisboa e com o Estado	237
6.6. A opinião dos PJF sobre a reforma do modelo de governação de proximidade em Lisboa	238

CAPÍTULO 7

RELAÇÃO DAS JUNTAS DE FREGUESIA COM A POPULAÇÃO	247
7.1. Níveis de participação dos cidadãos nas iniciativas e atividades promovidas pelas juntas de freguesia	248

7.2. Participação formal dos cidadãos (nas assembleias de freguesia)	251
7.3. Informação e comunicação	259
7.4. Exposição à informação local de fonte institucional	267
7.5. Mobilização para ações de âmbito institucional	269
7.6. Mobilização diretamente relacionada com o bairro	270

PARTE III

CAPÍTULO 8

REFLEXÕES FINAIS: DINÂMICAS DE PROXIMIDADE E DE OPORTUNIDADE NA CIDADE DE LISBOA	275
8.1. O lugar das freguesias em Lisboa: proximidade é relevância	275
8.2. As juntas de freguesia e a governação de Lisboa: diversidade e fragilidade	278
8.3. Ao serviço do freguês: o papel assistencial das JF	280
8.4. Relações interinstitucionais: entre suspeitas e reconhecimentos	283
8.5. Querer (fazer) não é poder (fazer): a reemergência do localismo e a reforma administrativa	284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	289
ÍNDICE DE QUADROS	299
ÍNDICE DE FIGURAS	301
ÍNDICE DE GRÁFICOS	303

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem, em primeiro lugar, aos protagonistas deste livro: os 53 presidentes de juntas de freguesia que se encontravam em funções entre 2005, 2009 e 2013 (dado que a grande maioria se manteve no cargo nos dois últimos ciclos eleitorais) e que se disponibilizaram tanto a serem entrevistados como a fornecerem todos os dados solicitados.

Agradecem ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, pelo manifesto suporte ao desenvolvimento de um conjunto de estudos de análise e prospetiva urbana em pleno processo de mudança dos paradigmas de governação da maior cidade portuguesa.

Agradecem as atentas e sempre perspicazes sugestões de Manuel Villaverde Cabral na coordenação dos estudos conduzidos pelo ICS-ULisboa, nos quais, em parte, este livro se baseia. E a Augusto Mateus, coordenador pelo ISEG dos estudos de reorganização administrativa desenvolvidos para a CML.

Agradecem a preciosa e sempre disponível colaboração prestada por Ana Louro e por Nuno Fonseca, especificamente pelo seu trabalho para o conteúdo dos capítulos 1 e 2, bem como a David Travassos pelo seu contributo para os capítulos 2, 3 e 7.

Em termos institucionais, um agradecimento ao ICS-ULisboa por todo o apoio prestado a esta investigação. E, por último, à Imprensa Nacional-Casa da Moeda pelo seu interesse na produção e difusão editorial desta obra.

SIGLAS/ABREVIATURAS

- AML — Área Metropolitana de Lisboa
- ANAFRE — Associação Nacional de Freguesias
- Apifarma — Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
- ATL — Atividades de Tempos Livres
- CAF — Componente de Apoio à Família
- CCDR-LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- CML — Câmara Municipal de Lisboa
- CSF — Comissões Sociais de Freguesia
- CSIF — Comissões Sociais Interfreguesia
- DECO — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
- DMGU — Direção Municipal de Gestão Urbanística
- DPU — Departamento de Planeamento Urbano
- EDP — Energias de Portugal
- EMEL — Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa
- EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres
- EPAV — Equipa de Proximidade e Apoio à Vítima
- FFF — Fundo de Financiamento das Freguesias
- GEBALIS — Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa
- GIP — Gabinetes de Inserção Profissional
- GNR — Guarda Nacional Republicana
- GPS — *Global Positioning System*
- ICS-ULisboa — Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- IEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INDE — Intercooperação e Desenvolvimento
- Infarmed — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
- IPSS — Instituições Particulares de Solidariedade Social
- IRS — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- ISEG — Instituto Superior de Economia e Gestão
- JF — Juntas de Freguesia (de Lisboa)
- PCAAC — Programas Comunitários de Apoio Alimentar a Carenciados

PDM — Plano Diretor Municipal

PEAS — Programa de Envelhecimento Ativo e Saudável

PJF — Presidente(s) da(s) Junta(s) de Freguesia (de Lisboa)

PLH — Plano Local de Habitação

PNPOT — Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PROT-AML — Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

PSP — Polícia de Segurança Pública

QV — Qualidade de Vida

REOT — Relatório do Estado do Ordenamento do Território

SCML — Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SWOT — Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats

TDT — Televisão Digital Terrestre

INTRODUÇÃO

A política de proximidade na cidade contemporânea

Por todo o mundo, as cidades encontram-se numa histórica situação de encruzilhada. As mudanças em curso, aos mais diversos níveis, têm múltiplas origens e várias consequências. Desde as novas funcionalidades da vida urbana, do trabalho, da mobilidade e do consumo, aos novos contextos informacionais e tecnológicos, passando pela crise do estado providência e da própria política. São, estes novos tempos, tempos de fascínio mas igualmente de ansiedade ou mesmo de rutura, que recolocam em cima da mesa a importância — ou o aumento da importância —, na ação pública e governativa, da proximidade. E notavelmente, perante o mundo de hoje, da proximidade à vida urbana.

Estas transformações, a várias escalas e a ritmos intensos, tornaram premente a necessidade de reinterpretar os processos e as estruturas de governação urbana, da participação e intervenção dos agentes locais, enfim da própria participação e envolvimento de cada cidadão. A **proximidade** tornou-se um conceito chave na governação das cidades.

Lisboa não é exceção. Razões próprias da evolução da capital portuguesa, elevam, aliás, entre nós, a acuidade deste debate. Por um lado, o novo tipo de desafios com que a maior cidade portuguesa se confronta, nas suas variadas escalas e esferas, exige respostas sociais e económicas a que as estruturas de administração têm mostrado dificuldades em acorrer de forma integrada. Estes desafios incluem uma elevada fragmentação socioespacial de escala metropolitana, quase sem paralelo na recente história urbana europeia; o relançamento das dinâmicas de regeneração urbana, atraindo, apesar da crise económica e financeira, crescentes interesses do investimento público e privado; a séria necessidade de novas práticas sociopolíticas de inclusão, de coesão, de mobilidade social, de sustentabilidade ambiental urbana; a reconstrução de estruturas e de instrumentos mais ativos de regulação, de gestão territorial, de participação local. Não obstante o facto de a capital portuguesa reforçar o seu papel de grande dinamismo

social, cultural e económico do País, são ainda evidentes as dificuldades com que a cidade enfrenta diversos dos seus grandes e pequenos desafios. A determinante crise económica e política europeia, que se tem feito sentir de forma particularmente cortante em Portugal, deixou ainda mais evidentes os desajustamentos técnicos e sociopolíticos existentes, reforçando a necessidade tanto de qualificar as estruturas de governação de Lisboa, como de ativar processos participativos e de ação pública mais eficazes.

Por outro lado, o desenvolvimento de uma mais sofisticada consciência social e exigência cívica na sociedade lisboeta, integrado nas mudanças de âmbito cultural no sul da Europa, onde Portugal se integra, revelam que o tradicional fosso norte-sul se tem reduzido, em termos de capacitação cívica e política (Leontidou, 2010; Seixas e Albet, 2012). Algumas pesquisas nestas áreas mostram — não obstante alguma erosão de instituições associativas tradicionais tais como as associações empresariais ou sindicais — que o capital sociocultural da sociedade de Lisboa é cada vez mais nítido, nomeadamente em determinados níveis etários, educacionais e espaciais (Cabral, Carreira da Silva e Saraiva, 2008; Seixas, 2008).

É pois nestes sentidos que aqui se analisam as escalas e os processos de ação sociopolítica de maior proximidade na governação da cidade de Lisboa. Os contextos, as realidades e as dinâmicas à escala das suas freguesias, e evidentemente as respetivas juntas de freguesia. Este estudo acompanha as recentes mudanças políticas e legislativas, aprofundando estas questões do ponto de vista de um dos principais grupos de agentes locais — os presidentes das juntas de freguesia de Lisboa (antes das eleições de 2013). Nalgumas questões, analisar-se-ão igualmente as perceções e opiniões dos respetivos fregueses.

Os espaços políticos de proximidade na cidade de Lisboa

As juntas de freguesia¹ constituem em Portugal o nível de poder local e de administração pública mais próximo dos cidadãos, estando como tal numa posição privilegiada para identificar problemas e criar

¹ Existem diversas formas de nomear as unidades de administração mais local para as cidades europeias. Dir-se-ia que o termo mais interessante poderá ser, precisamente, o de *juntas*. Na Primeira República dividira-se a cidade de Lisboa em quatro *Bairros Administrativos*. O étimo *Distrito Urbano* tem sido o mais utilizado nos debates mais recentes. *Distrito Urbano* é igualmente o nome das unidades administrativas mais locais de diversas cidades em Espanha. Nas grandes cidades francesas utiliza-se tanto *Arrondissement* (Paris) como *Commune* (Lyon) ou mesmo *Secteur* (Marselha). Em Itália o termo mais utilizado é *Comuna* (é o caso de Roma).

dinâmicas de desenvolvimento dos respetivos territórios através do envolvimento dos respetivos atores locais.

Esta posição é particularmente relevante, quando estamos perante territórios de cariz fortemente urbano, como é o caso da maior cidade portuguesa. A atual estrutura de governação do município de Lisboa tem como pilar central o órgão executivo municipal, que compreende o presidente e 16 vereadores eleitos, que gerem cerca de 40 pelouros. O órgão executivo municipal comanda uma estrutura operacional de grande porte com cerca de 200 departamentos e divisões, comportando aproximadamente dez mil funcionários, e ainda tutelando empresas municipais. A Assembleia Municipal de Lisboa era composta por 107 membros (54 diretamente eleitos e 53 por inerência) antes da reforma administrativa entretanto desenvolvida; sendo constituída agora por 75 membros (51 diretamente eleitos e 24 por inerência). Desempenha as competências legalmente estabelecidas, designadamente de âmbito legislativo/regulamentar e de fiscalização da atividade do executivo. Nos mandatos das últimas duas décadas, a maioria partidária da Assembleia Municipal raramente coincidiu com a maioria da Câmara Municipal. O modelo de governação de Lisboa integrava, até setembro de 2013, 53 freguesias (agora 24), dispondo estas igualmente de órgãos executivos (juntas de freguesia) e deliberativos (assembleias de freguesia).

Estas juntas abrangiam bairros e zonas urbanas cujas populações variavam de forma profunda, entre os cerca de 350 habitantes da freguesia do Castelo, e os já mais de 50 mil habitantes da freguesia de Santa Maria dos Olivais; e com realidades sociais e económicas muito distintas.

Este livro tem por base a análise dos resultados de um inquérito por entrevista aos presidentes das anteriores 53 juntas de freguesia de Lisboa. Esta análise estabeleceu-se como um dos pilares do projeto «Qualidade de vida e governação da cidade», desenvolvido em 2009-2012². Este foi um projeto de largo espectro que envolveu uma perspetiva analítica alargada, compreendendo várias fases e estudos distintos e interligados entre si. Os sete relatórios intercalares entretanto apresentados refletem o detalhe das diferentes dimensões e dos universos analisados³.

² O estudo global foi, no seu conjunto, coordenado por equipas do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), ambos da Universidade de Lisboa (UL).

³ Esta amplitude analítica incluiu diagnósticos detalhados aos desafios urbanos de Lisboa nas mais variadas temáticas e sectores; a audição de vastos painéis de cidadãos residentes e de utentes da cidade, de responsáveis políticos

Para o caso dos inquéritos, o trabalho incluiu desde a realização de *Focus group* com residentes e utilizadores/utentes (não residentes) da cidade de Lisboa; passando por inquéritos por questionário tanto a residentes como a utentes da cidade; e, finalmente, por um processo de auscultação dos governantes locais.

Depois de um enquadramento histórico, dos tempos medievos aos tempos presentes e ao histórico processo de descentralização previsto para este ano; bem como de uma caracterização geral das freguesias e das suas juntas; o livro apresenta os resultados — e respetiva análise — do inquérito aos presidentes das juntas de freguesia da capital⁴. De base qualitativa, conduzido por via de entrevistas pessoais, gravadas e transcritas, o processo de auscultação destes governantes incidiu particularmente nas suas perceções, prioridades e aspirações relativamente a dois grandes domínios — o da qualidade de vida e o da governação:

- a) A qualidade de vida na respetiva freguesia e na cidade, e seu desdobramento nos mais variados campos (habitação, ambiente, inclusão social, economia e trabalho, comércio, lazer, espaços públicos, mobilidade, etc.), incluindo as grandes questões e desafios urbanos a enfrentar para cada uma das escalas e sectores de ação;
- b) As estruturas, processos e atitudes de governação urbana existentes e desejados tanto à escala da freguesia como à escala da cidade (e mesmo da metrópole) onde esta se insere.

O estudo constituiu assim um dos principais pontos de partida para uma melhor compreensão do modo como estes ex-governantes avaliavam e se posicionavam relativamente a uma série de problemas com que se debatiam quotidianamente no terreno e a relação que mantinham com a sua comunidade de fregueses. Clarificou-se também o leque de funções que desempenhavam e as diversas iniciativas que tomavam, dentro e fora do quadro formal das suas responsabilidades oficiais.

a diferentes escalas; a discussão e análise geográfico-espacial do reflexo das novas energias e dinâmicas sociais, culturais e económicas na cidade do século XXI; a análise de evoluções políticas e programáticas (e suas razões) desencadeadas em diversas cidades, designadamente europeias; e enfim a construção de propostas de qualificação da governação da cidade, às suas diferentes escalas; sucedeu-se de modo a corresponder aos objetivos globais do projeto.

⁴ O inquérito, por entrevista semidiretiva, foi aplicado diretamente aos então 53 presidentes das juntas de freguesia de Lisboa. O guião contemplou sobretudo perguntas abertas, mas também perguntas fechadas — designadamente algumas questões respeitantes à qualidade de vida, que haviam também sido colocadas aos residentes, no âmbito do inquérito aos Lisboaetas (Cabral et al., 2009). As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Informação complementar foi obtida por via presencial, telefónica, e através de pesquisas na Internet, junto da Câmara Municipal de Lisboa, da CCDR-LVT, da Comissão Nacional de Eleições e das próprias juntas de freguesia, nomeadamente no que respeita: aos orçamentos das juntas de freguesia; às mudanças políticas decorrentes das eleições autárquicas de 2009; e à informação disponibilizada pelas juntas de freguesia nos respetivos sites.

Avaliou-se ainda o seu empenho no redesenho do modelo de governação da cidade.

Embora, entretanto, nas eleições de 2013, tenha mudado a configuração destas JF, que se reduziram a menos de metade, muitos dos problemas e questões aqui levantados mantêm-se e servem como guião para as necessidades e desafios das novas JF.

Pretendeu-se, assim, caracterizar globalmente o universo sociopolítico das freguesias da capital portuguesa, atendendo à qualidade de vida na cidade, aos modelos de governação urbana e a uma análise crítica que identifica necessidades e alternativas de evolução. Abordaram-se diferentes vertentes da perceção da qualidade de vida urbana e da vivência do poder local: das dinâmicas sociais às questões ambientais e oportunidades económicas e de emprego; passando pelas questões político-institucionais da cidade a diversos níveis (da escala municipal à da freguesia), e contemplando igualmente a escala dos cidadãos e suas formas de atuação e intervenção.

A larga maioria dos presidentes das juntas de freguesia manifestou grande interesse pelo projeto, muita abertura e excelente capacidade de autoavaliação, mas também uma grande necessidade de serem ouvidos e de partilharem os seus problemas e preocupações a vários níveis, bem como as suas opiniões e sugestões relativamente à vivência/experiência do poder autárquico nas freguesias. Trata-se de um grupo crucial de políticos no momento que o País atravessa, mas habitualmente pouco considerado e pouco ouvido.

As entrevistas revelaram-se, como tal, um extraordinário recurso analítico, pela riqueza de conteúdos e pela diversidade de perspetivas recolhidas relativamente às motivações, expetativas, estratégias e planos, mas também insatisfações, críticas, reivindicações dos principais responsáveis políticos do poder mais local da cidade de Lisboa. Estes testemunhos refletiram ainda o empenho e o desempenho destes responsáveis políticos para com as respetivas freguesias, expressos em muitos casos quer num grande orgulho no seu trabalho, quer num «espírito de missão» para com os territórios e para com as populações/comunidades locais. Servem também como experiência e fonte de informação preciosa para os novos executivos que acabaram de tomar posse nas 24 novas JF, em outubro de 2013.

A análise dos resultados permitiu, assim, identificar a perspetiva e opiniões dos então presidentes das juntas de freguesia de Lisboa, nomeadamente no que respeita:

- Às realidades, dificuldades e ou facilidades de atuação dos autarcas;

- Ao relacionamento com a população e entre instituições;
- Às dinâmicas de participação dos cidadãos;
- Aos meios de informação e comunicação utilizados pelas juntas;
- Às colaborações, parcerias e ou conflitos existentes;
- Aos possíveis e desejados modelos administrativos de governação da cidade.

A generalidade dos excertos das entrevistas — as caixas de «discurso direto» — que se incluem no livro, identificam a respetiva junta de freguesia com o intuito de «dar voz» e visibilidade aos anseios e expectativas dos autarcas que colaboraram neste estudo.

Sublinhe-se que os resultados apurados, analisados e aqui expostos se reportam a um determinado cenário político-partidário da cidade de Lisboa, correspondente aos mandatos autárquicos dos anos de 2005 a 2009 e de 2009 a 2013, dado que a larga maioria dos presidentes de junta de freguesia entrevistados (40 em 53), manteve-se em exercício em ambos os mandatos. O que, a par de uma considerável manutenção do *status quo* até à reforma programada para o final do ano de 2013, reforça consideravelmente a estabilidade e contemporaneidade das análises aqui realizadas. Constatou-se ainda, por outro lado, que os presidentes de junta demonstraram uma distanciação face a hipotéticos posicionamentos de ordem mais circunstancial — mormente as perspetivas de índole mais político-partidária — reforçando assim a valia dos resultados e reflexões aqui apresentados.

Não será, assim, excessivo ou mesmo imodesto, propor o posicionamento e a expressão deste estudo, como o de apresentação do panorama global da governação de proximidade na cidade de Lisboa, no final de uma era e em véspera de outra, consequência de uma das maiores reformas político-administrativas — e, no caso, de um amplo reforço de capacitação governativa — a que a cidade foi sujeita a partir do ano de 2013.

Estrutura do livro

Este livro encontra-se dividido em três partes e oito capítulos. Na parte I apresenta-se, no capítulo 1, a evolução histórico-administrativa e territorial das juntas de freguesia de Lisboa. No capítulo 2 apresenta-se a evolução sóciodemográfica das freguesias desde os anos 60 até a atualidade. Segue-se, no capítulo 3, uma caracterização geral e mapeamento, de acordo com um conjunto de indicadores demográficos

nas áreas sociourbanísticas correspondentes às freguesias, e uma caracterização das juntas de freguesia, com base na respetiva dotação orçamental e características dos seus executivos, bem como os perfis dos presidentes das 53 juntas de freguesia da capital à data da realização do estudo.

A parte II apresenta os resultados de um inquérito por entrevista semidiretiva aos presidentes, sistematizados em função das temáticas em estudo. O capítulo 4 dedica-se à avaliação da qualidade de vida nas freguesias e na cidade por parte dos então presidentes das juntas de freguesia (PJF). Seguidamente, no capítulo 5 analisam-se os domínios de atuação e de funcionamento interno das juntas de freguesia, incluindo os seus planos de atividades e iniciativas inovadoras por eles tomadas. No capítulo 6 analisa-se o relacionamento interinstitucional das juntas de freguesia, entre si e com outras instituições, nomeadamente a Câmara Municipal de Lisboa, com quem estabelecem inúmeros protocolos. O capítulo remata com a opinião dos PJF sobre a reforma do modelo de governação de proximidade, incluindo as novas competências e funções que entretanto se concretizaram na reforma.

No capítulo 7 apresenta-se o relacionamento das JF com a sociedade envolvente: com que grupos de fregueses lidam mais e como veem a sua participação e envolvimento. Segue-se a perspetiva dos fregueses face às JF.

O livro conclui, numa terceira parte, com um conjunto de reflexões e propostas sobre o papel do poder local na gestão das grandes cidades, e muito especificamente na cidade de Lisboa. Reflexões finais que esperamos possam constituir também um contributo para a qualificação dos modelos autárquicos de proximidade na capital portuguesa, bem como noutras cidades e territórios urbanos do País.